

# IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS  
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE  
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APOIO:



Sessão Temática ST3 - Políticas públicas, dinâmicas demográficas e planejamento urbano e regional

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA MOBILIDADE URBANA

LA PLANIFICACIÓN ESTRATÉGICA MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO PARA EL  
DESARROLLO DE LA MOVILIDAD URBANA

MUNICIPAL STRATEGIC PLANNING AS AN INSTRUMENT FOR DEVELOPING URBAN  
MOBILITY

Marlene Rodrigues de Jesus<sup>1</sup>, Sandra Beatriz Vicenci Fernandes<sup>2</sup>, Enise Barth<sup>3</sup>, Sérgio Luis Allebrandt<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutoranda do PPGDR (UNIJUÍ), ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6394-627X>

<sup>2</sup> Doutora e Professora do PPGDR (UNIJUÍ), ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5001-0774>

<sup>3</sup> Doutora e Professora do PPGDPP (UFFS), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2542-3283>

<sup>4</sup> Doutor e Professor do PPGDR (UNIJUÍ), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2590-6226>

**Palavras-chave:** Planejamento estratégico. Políticas públicas. Mobilidade urbana. Cidades inteligentes.

**Palabras clave:** Planificación estratégica. Políticas públicas. Movilidad urbana. Ciudades inteligentes.

**Keywords:** Strategic planning. Public policies. Urban mobility. Smart cities.

### INTRODUÇÃO

As projeções demográficas da ONU sobre o aumento a população mundial até o ano 2030, chamam a atenção em particular, para as imperativas demandas em termos de desenvolvimento local sustentável e melhoria da qualidade de vida da população dos municípios.

Este cenário impõe um desafio para o planejamento da cidade elencando o planejamento estratégico e a busca pela participação dos diversos atores da sociedade, atuando em forma compartilhada rumo à construção de acordos comprometidos com uma perspectiva de futuro, tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o desenvolvimento sócio espacial. O tema tem-se destacado como uma solução para as questões relacionadas à inovação e a redução das desigualdades, e como condição fundamental para que comunidades e pessoas possam transformar a cidade para uma cidade colaborativa e inteligente (KANTER; LITOW, 2009).

Para tanto, cabe observar as competências essenciais, vocações locais e cultura da cidade, construída ao longo dos anos, para então se investir em projetos e alinhamento a padrões inovadores de desenvolvimento global (SOUZA, 2001). O desenvolvimento urbano deve estar entre os objetivos para a melhoria da qualidade de vida, e aumento da justiça social, de modo que o planejamento físico-territorial seja profundamente reflexivo na identificação das necessidades fundamentais e perspectivas de futuro das pessoas, para as questões da mobilidade, na escala dos indivíduos e de suas estratégias de deslocamento, e na escala da sociedade e seu cotidiano.



# IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS  
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE  
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA

11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APOIO:



## GESTÃO PÚBLICA

Após a década de 70 e entre a década de 80, pós-globalização, novas perspectivas e paradigmas se programaram na gestão da empresa pública (ABRUCIO; COSTA, 1998; ANDION, 2012), reforma da administração pública para Bresser-Pereira et al. (1998) e Pereira e Spink (2015) chamada de “administração pública gerencial”.

Nesse novo modelo gerencial a ênfase é para o cidadão e os resultados, enquanto o gestor público e administrações públicas deverão portar-se na eficiência, na transparência, na qualidade da prestação de serviços públicos e no exercício das funções estatais, o processo de gestão requer modelos capazes de orientar os gestores públicos para os resultados almejados (CORRÊA, 2007). Nesse processo, ferramentas de gestão como o planejamento estratégico e a gestão pública por resultados, segundo Corrêa (2007), assumem especial importância para a organização pública, pois enquanto o planejamento estratégico aponta para os resultados que os órgãos e entidades devem perseguir, a gestão pública deve garantir que esses resultados sejam alcançados.

Segundo Matias-Pereira (2010, 2016) a gestão das organizações no setor público se realiza no contexto do Estado de direito e da democracia política, de modo que o ambiente da gestão pública se revela no contexto social, político, jurídico e econômico do Estado e da administração. Tendo em vista a função administrativa da gestão pública, a apreciação do seu funcionamento e a avaliação do seu desempenho dá-se pelos princípios da democracia e da legalidade. Essa nova abordagem gerencial da administração pública, que institui o novo conceito para a gestão pública, incorporou as dimensões econômico-financeira, administrativa-institucional, sociopolítica e ambiental, da mesma forma que também elencou novos paradigmas para a gestão pública, que resultaram na possibilidade de o cidadão avaliar o desempenho do administrador público (SLOMSKI, 2005; MORRISON; SALIPANTE, 2007; ANDION, 2012).

Pereira e Spink (2015) salientam o desafio das administrações públicas no Brasil para operar em um modelo de gestão pública mais aberta às necessidades dos cidadãos e voltado ao interesse público, com mais eficiência na coordenação da economia e dos serviços públicos, aderindo a novas práticas de gestão e a padrões de comportamento e governança corporativa. Sobre esse modelo, Matias-Pereira (2010) vê essa nova gestão pública apoiar-se nos princípios básicos de governança aplicados nos segmentos dos setores privados, passar a ser seguidos pelo setor público de forma idêntica: transparência, equidade, cumprimento das leis, prestação de contas e conduta ética, ainda, sob a perspectiva, Kissler e Heidemann (2006) já haviam argumentado que o papel do setor público para com a sociedade e a efetiva governança é contribuir com a eficiência e a sustentabilidade da gestão.

Com o fim de atingir tais propósitos, a gestão pública e o setor público por seus agentes de governo, começam a recorrer a práticas de gestão associadas ao tema da governança, partindo das premissas que se relacionam à governança corporativa. Nesse processo, as operações de governo realizadas por meio da prestação de serviços públicos são incitadas a ampliar as ações visando cumprir objetivos sociais, apresentar maior competência de gestão, liderança e maior intermediação política entre a demanda do cidadão e o bem público final (MARTINEZ; JAMISON; TILLMAR, 2013).

# IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS  
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE  
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APOIO:



Nesse universo as novas concepções sobre a administração e a gestão no setor público deram origem a governança pública, que segundo Secchi (2009, p. 358) são tratadas pelas teorias do desenvolvimento como um conjunto adequado de práticas democráticas e de gestão. Em se tratando da gestão pública no Brasil, Matias-Pereira (2010) entende que o tema se estende a todos os entes Federativos, que no caso dos municípios, é caracterizada pelo reconhecimento dos limites da sua atuação, sendo mediada pelo poder e ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

A boa governança pública tem papel importante nas questões que envolvem as relações complexas entre o Município, o setor privado e o terceiro setor, levando o Estado/Município a aperfeiçoar a sua organização político-institucional para atuar adequadamente em relação à estratégia de desenvolvimento sustentável e à integração econômica.

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO SETOR PÚBLICO

O planejamento estratégico surgiu nos anos 60 como possível instrumento de resposta a novas situações geradas no ambiente externo às organizações (GIACOBBO, 1997). Entretanto, essa ferramenta passou a integrar o setor público a partir dos anos 80, passando por transformações metodológicas e trazendo conhecimento e técnicas, capazes de enfrentar os problemas gerados pela integração global e o ambiente competitivo de criação de riquezas e oportunidades. Desde então o planejamento estratégico do setor público passa a ter características de processo participativo que interage com o ambiente, a cultura e a fase de desenvolvimento em que se encontra o órgão ou a entidade pública. Ele é uma ferramenta eficaz e possível para direcionar ou mesmo redirecionar as organizações para a aplicação mais eficiente dos recursos (MINTZBERG, 1994; MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010; BRYSON, 2004, 2018), de forma racional, podendo mensurar o desempenho da própria organização, em qualquer que seja seu caráter, público ou privado.

A análise do planejamento estratégico para o desenvolvimento de políticas públicas como as de mobilidade urbana pressupõe a necessidade de reconhecer e abordar a gestão pública como detentora do poder de gestão do Estado, na missão de estabelecer e fundamentar normas e leis que dão suporte a esfera pública ampliada para a participação da sociedade e engajando seus participantes em discussões abertas e voltadas para o público (BAIOCCHI, 2003). Com tal propósito, Habermas (2006), realçou a comunicação política mediada na esfera pública como meio de facilitar processos deliberativos de legitimação em sociedades complexas, apenas se um sistema de mídia autorregulador obtiver independência de seus ambientes sociais e se o público anônimo fornecer feedback entre um discurso de elite informado e uma sociedade civil responsiva.

Se pensar no Estatuto da Cidade, ele impôs o desafio aos Planos Diretores e aos cidadãos de como planejar democraticamente o futuro da cidade, incorporando nessa discussão os diversos atores sociais, econômicos e políticos que a compõem, buscando compromissos, definindo ações prioritárias e instituindo formas de planejamento e controle (REZENDE; ULTRAMARI, 2007). Em municípios, além do gerenciamento mais eficiente das organizações públicas, ele pode garantir os atributos que permitem dinamizar a economia, adaptando-se e tornando-se competitivas (GODINHO, 2010), em um processo de definição de estratégia e direção para a tomada de decisões sobre a alocação eficiente dos recursos.



# IV SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS  
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## V SIDETEG

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE  
IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNAÇÃO



11 A 14 DE NOVEMBRO DE 2024

PROMOTORES:



PARCEIROS:



APOIO:



Com esta abordagem a pesquisa analisou a contribuição do planejamento estratégico para o desenvolvimento da mobilidade urbana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou as dimensões do desenvolvimento local para a mobilidade urbana no contexto de cidades inteligentes, apresentou informações relevantes acerca do posicionamento e da percepção dos atores sociais sobre a convivência com o planejamento estratégico municipal e a forma como eles percebem a mobilidade urbana no município.

Os resultados apresentam o Planejamento Estratégico com ações da mobilidade urbana em um aspecto amplo, fragmentadas das ações demonstradas nos planos de gestão, e com poucas evidências de um engajamento dos atores sociais, econômicos e políticos. A gestão estratégica em relação a efetividade dessas ações, não evidencia o Planejamento Estratégico em todas as suas funções vinculadas à gestão do município, e dinâmicas mais proativas e empenhadas na sua efetiva implementação. Percebeu-se que os atores sociais gostariam de participar não só da construção do planejamento estratégico, mas também da sua avaliação.

A participação da sociedade na gestão municipal evidencia-se através dos conselhos municipais, o aperfeiçoamento político institucional estaria implícito na visão dos gestores, entretanto, a participação da sociedade nos conselhos apresenta-se imprecisa e na essência não absorve as questões que são emergentes, em razão das suas especificidades e da dificuldade de uma integração sistêmica de suas participações.

Portanto a percepção dos atores sociais sobre a participação no planejamento municipal como um todo e nas discussões sobre a mobilidade urbana, não têm sido suficientes para conduzir o planejamento estratégico da cidade, desenvolver a mobilidade urbana e conduzir o desenvolvimento local ao nível da cidade inteligente, convergente aos pressupostos da sustentabilidade. Sugere-se em estudos futuros, explorar o planejamento estratégico sob o fator motivacional dos atores em conduzir o processo contínuo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação da estratégia, em uma visão dinâmica e inovadora.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; COSTA, V. M. F. Reforma do Estado e o contexto federativo. *Série Pesquisas*, n. 12, 1998.

ALLEBRANDT, S. L. **A participação da sociedade na gestão pública**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos Ebape BR**, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2012.

ANDRADE, J. N.; GALVÃO, D. C. O conceito de smart cities aliado à mobilidade urbana. **Revista HUM@ NAE**, v. 10, n. 1, 2016.

BAIOCCHI, G. Emergent public spheres: Talking politics in participatory governance. **American sociological review**, p. 52-74, 2003.

BALBIM, R. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. **Palestra CETESB**, Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.



